

CARTA ABERTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE E CULTURA VISUAL/MESTRADO E DOUTORADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS À SOCIEDADE

Nós, estudantes do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual (PPGACV), ligado à Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG), vimos a público manifestar apoio aos movimentos de Ocupação que ocorrem neste momento, em todo o Brasil, e, em especial, em nossa Faculdade. A luta de secundaristas que ocupam mais de 1200 escolas, e de universitários que ocupam mais de 180 Instituições de Ensino Superior Públicas – maior movimento de ocupação em todo o mundo – é contra a série de medidas arbitrárias tomadas pelo governo liderado pelo presidente da República Michel Temer, que abala profundamente a estrutura da educação básica e superior brasileira. Dessa forma, posicionamos:

1) Contra a Proposta de Emenda Constitucional que limita radicalmente o teto dos gastos públicos – aprovada na Câmara como PEC 241, e renomeada PEC 55 no Senado. Após estudos e palestras sobre o tema, verificamos que esta proposta congela o valor do investimento dos gastos com base no último valor vigente por 20 anos, reajustado segundo indicadores específicos. É evidente que ninguém é contra a responsabilidade fiscal. Entretanto, do ponto de vista técnico, esta PEC não inclui, para efeito de cálculo, metade do PIB nacional, que diz respeito à Previdência Social. Além disso, o documento não considera o aumento da população que ocorrerá durante o período proposto, nem as possibilidades de intempéries passíveis de acontecerem ao longo de duas décadas. O Governo Federal trata apenas de corte de gastos, sem projeto de aporte de recursos para a manutenção de infraestrutura e de desenvolvimento social. Em caso de crescimento da economia, o teto continuará a ser regido pela inflação, o que, na prática, irá determinar investimentos menores do que vinham sendo praticados. As medidas implicam diretamente nos investimentos em educação, setor estratégico para diminuir as desigualdades sociais. De antemão, a PEC é um dificultador para o País cumprir metas previstas no Plano Nacional da Educação (PNE). Estudos promovidos por economistas da própria UFG demonstram que, se esta PEC estivesse em vigor desde os últimos 16 anos, o rombo nas Instituições Federais de Ensino Superior passaria de 196,8 bilhões de reais, valor que toma como base o mês de janeiro de 2016. Estes são apenas alguns exemplos, de forma resumida e reducionista, de como esta medida governamental pode prejudicar os setores mais pobres da população, que dependem de saúde e educação públicas.

2) Contra a Medida Provisória já aprovada que reforma o Ensino Médio. Tal Medida encerra uma ampla fase democrática de debates em torno da reforma no ensino iniciada em governos anteriores, e impõe, deliberadamente, por um ministro da Educação que não é educador, e que ignora as realidades de uma sala de aula, a flexibilização de disciplinas, mantendo obrigatórias apenas Português, Matemática e Inglês. Os gestores estaduais, responsáveis pelo Ensino Médio, em função do endividamento dos Estados, não se veem mais obrigados a manter nos currículos disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Sociologia, eliminando a possibilidade de ampliação da formação estética, física, ética, crítica, humana, e do desenvolvimento intelectual dos estudantes. As escolas particulares continuarão a manter algumas destas disciplinas como diferencial de formação. Tal medida ditatorial irá aumentar o fosso entre o ensino privado e o público, ampliando a desigualdade na formação de pobres e ricos. Na prática, a oferta de disciplinas é que resultará na demanda dos estudantes, e não o contrário, como o Governo Federal afirma.

3) Contra a MP Escola Sem Partido que, a despeito do título, propõe, na verdade, o fim do preceito da liberdade de cátedra em sala de aula. Ninguém é a favor de partidização da escola. Entretanto, formulada por políticos sem formação nenhuma em educação, a Escola sem Partido parte de um preconceito limitado de política bipolarizada entre “esquerda” e “direita”, não se atendo a uma discussão consistente sobre educação. A base do documento é a ideia de que há doutrinação política nas escolas brasileiras, e propõe o fim de qualquer discussão polêmica promovida pelo professor. O projeto criminaliza o debate de ideias a partir do denunciamento altamente subjetivo de quem discorda de qualquer posição crítica. Nós compreendemos o princípio libertário de que a escola forma consciências, e não apenas atribui conteúdos. Por isso, não acreditamos ingenuamente numa “neutralidade” de perspectivas, mas de construção coletiva do pensamento. Ao invés de censurar o professor, defendemos que a escola dê a ele condições materiais e de tempo de trabalho. A escola tem como objetivo maior formar cidadãos, e que estes compreendam que existem diferenças de credo, etnia, classe, gênero, e de famílias, e que as respeitem enquanto constituidoras de nossa sociedade plural, construindo uma convivência mais justa. Tal postura não tem a ver com partidos políticos ou ideologias, mas com alteridade e humanidade. Afinal, como dizia o pedagogo Paulo Freire, o intelectual brasileiro mais citado no mundo: “Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”.

4) Contra a terceirização da administração das Escolas Estaduais no Estado de Goiás – modelo que começa a ser adotado em outros estados do Brasil – pelas Organizações Sociais (OS’s). Esta medida regional, proposta pela equipe do governador Marconi Perillo, retira do Estado sua responsabilidade de gestão, transmitindo-a a empresas privadas, sem experiência na área de educação, a um custo-aluno maior do que o Estado de Goiás paga hoje, garantindo lucro com dinheiro público a estas empresas. Este processo de entrega do público ao privado não garante o piso trabalhistas de professores. Vista por outro viés, a terceirização abre portas para vínculos políticos entre as OS’s e o Governo do Estado. Por fim, rompe com os modelos de unificação de uma política de gestão em prol de uma gestão perigosa individualizada, que não garantirá qualidade no debate sobre educação.

Reiteramos que todas as medidas aqui apontadas, promovidas de forma unilateral e sem o menor respeito ou diálogo com a comunidade acadêmica, nos âmbitos Estadual e Federal, trarão consequências nefastas e catastróficas para a educação goiana e brasileira. A população brasileira precisa estar ciente de que, em apenas dois meses como presidente oficialmente empossado, o senhor Michel Temer e sua equipe de governo, juntamente com o governador Marconi Perillo, estão instituindo o desmonte de conquistas educacionais, que levaram décadas para serem implantadas, e que demandam tempo para darem resultado. Continuamos caminhando junto com os secundaristas, alunos de graduação, funcionários técnico-administrativos e professores das Instituições de Ensino Superior e Escolas de Ensino Médio, na luta pela manutenção de direitos adquiridos, e por uma discussão verdadeiramente democrática sobre educação.

Com respeito e preocupação, em momento de fazermos nossa voz ser ouvida,

Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual/Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Goiás.